



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1389/1996

Que estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração do Orçamento do Município e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Orçamentária deste Município, para o exercício de 1997, será elaborada de conformidade com as diretrizes desta Lei e consonância com as disposições da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município e da Lei nº 4320, de 17/03/64, no que for ela pertinente.

### CAPÍTULO I DA PREVISÃO DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO

Art. 2º As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, resultante de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§1º As receitas de impostos e taxas serão projetadas tomando-se por base de cálculo os valores médios arrecadados no exercício de 1995 até o mês anterior àquele da elaboração da proposta, corrigidos monetariamente até dezembro de 1995, levando-se em conta:

- I – a expansão do número de contribuintes;
- II – a atualização do cadastro técnico do Município;
- III – a alteração na legislação tributária municipal.

§2º Os valores das parcelas transferidas pelos Governos Federal e Estadual serão fornecidos, por órgão competente da Administração do Governo do Estado, até o dia 15 de julho de 1996.

§3º As parcelas transferidas, mencionadas no parágrafo anterior, são as constantes dos artigos 158, IV e 159, I, letra “b”, da Constituição Federal.

### CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 3º As despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas em quotas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcelas, ainda que pequena, às despesas de capital.

Parágrafo único. O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 15 de julho, o orçamento de suas despesas para o exercício em referência, acompanhado de quadro demonstrativo de cálculos, de modo a justificar o montante fixado.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 4º Nos termos da Lei Complementar nº 82/95, o Município não despenderá com o pagamento de pessoal e seus acessórios parcela de recursos superior a 60% (sessenta por cento) do valor da receita corrente consignada na Lei do Orçamento.

Parágrafo único. A despesa com pessoal, referida neste artigo abrangerá:

I – o pagamento de pessoal do Poder Legislativo;

II – o pagamento de pessoal do Poder Executivo, incluindo-se dos pensionistas e aposentados.

Art. 5º A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

Parágrafo único. Os recursos disponíveis de que trata este artigo são aqueles referidos no artigo 43, §3º, da Lei 4320/64.

Art. 6º As despesas com pessoal referidas no artigo 4º serão comparadas mês a mês com o percentual limite de 60% (sessenta por cento) da receita corrente efetivamente arrecadada, através dos balancetes mensais, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

## CAPÍTULO III DA MANUTENÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Art. 7º À manutenção e ao desenvolvimento do ensino será destinada parcela de receita resultante de impostos não inferior a 25% (vinte por cento).

§1º Das parcelas transferidas pelos Governos do Estado e da União, mencionadas no artigo 2º, também se destinará à manutenção e ao desenvolvimento do ensino parcela não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§2º Sempre que ocorrer recebimento de dívida ativa proveniente de impostos, será destinada parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 8º Sempre que ocorrer excesso de arrecadação, e ele for acrescentado adicionalmente ao exercício por meio de créditos suplementares e/ou especiais, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionalmente ao excesso de arrecadação incorporado ao orçamento, quando proveniente de receita de impostos.

Art. 9º Aos alunos do ensino pré-escolar e fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal será garantido o fornecimento de material escolar, material didático-pedagógico e transporte pessoal discente e docente, sendo as despesas respectivas admissíveis na parcela de 25% (vinte e cinco por cento) compulsória.

§1º A garantia referida neste artigo não exonera o Município da obrigação de assegurar, suplementarmente, estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino, na medida que a providência se torne necessária, de modo a que esses alunos tenham os mesmos tratamentos à disposição daqueles, mediante convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação, ou através de lei autorizativa.



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º As despesas resultantes da suplementação alimentar e da assistência à saúde dos alunos dos níveis de ensino mencionados no **caput** deste artigo e no parágrafo anterior poderão correr à conta do percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte por cento) de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, nos termos da Instrução Normativa 02/91, de 14/02/91, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 10. Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento suplementar da rede particular local ou de outra localidade.

Art. 11. A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento do bolsista.

## CAPÍTULO IV DAS SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 12. As subvenções sociais somente serão concedidas às entidades que sejam reconhecidas como de utilidade pública e que destinem suas atividades, primordialmente, aos programas de assistência ao ensino, à manutenção da saúde, e/ou ao desenvolvimento das pessoas.

Parágrafo único. É condição indispensável que as entidades beneficiadas não auferam lucros, não remunerem seus diretores de qualquer nível e não estejam inadimplentes com o Município.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O orçamento de 1997 conterá:

I – disponibilidade orçamentária para atender despesas decorrentes de eventuais aumentos dos quadros de pessoal autorizado nesta Lei;

II – dispositivos que regionalizem a administração do Município de modo a reduzir desigualdades porventura existentes;

III – dotações orçamentárias necessárias ao cumprimento das metas, dos programas e dos projetos estabelecidos no Plano Plurianual de ação governamental, ao exercício financeiro a que se refira o orçamento.

Art. 14. A Lei Orçamentária garantirá recursos destinados à execução dos programas de saneamento básico e de preservação ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida da população, ainda que não contemplados no Plano Plurianual de ação governamental.

Art. 15. A Lei Orçamentária somente consignará dotações destinadas ao início de obras após a garantia de recursos para o pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos contraídos com a Previdência Social decorrentes de prestações ajustadas com o Órgão, pertinentes às contas em atraso.

Art. 16. Os órgãos da Administração descentralizada que recebam recursos do Tesouro do Município apresentarão seus orçamentos detalhados e acompanhados de memorial de cálculo que justifiquem os gastos, até o dia 1 de julho de 1996.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 17. As operações de crédito a título de antecipação de receitas somente serão contraídas quando se configurar iminente falta de recursos financeiros que possam comprometer o pagamento da folha em tempo hábil.

§1º A contratação de operações de crédito para fim específico somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observados os limites contidos nos artigos 165 e 167, III, da Constituição Federal.

§2º Em qualquer dos casos, a contratação de operação de crédito dependerá de prévia autorização legislativa.

Art. 18. As compras e contratações de obras e ou serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº 8666, de 21/05/93, e Lei nº 8883, de 08/06/94.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 6 de junho de 1996.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes  
Secretário Municipal de Administração